

BOCARDI, Diogo de Oliveira – “Covid-19 e a Gestalt-Terapia diante de um mundo impraticável”

ARTIGO

Covid-19 e a Gestalt-terapia diante de um mundo impraticável

Covid-19 and Gestalt-therapy in face of na impractical world

Diogo de Oliveira Bocard

RESUMO

Este texto aborda a relevância da crítica social para Fritz Perls e Paul Goodman, fundadores da Gestalt-terapia. A imbricação de sua compreensão política com suas propostas clínicas é articulada ao contexto da pandemia de Coronavírus, sobretudo no primeiro semestre de 2020 no Brasil. A discussão retoma as noções de máscara, agressão e Sociolatria como axiomas para o desenvolvimento da clínica gestáltica frente às experiências de sofrimento no capitalismo.

Palavras chave: Covid-19; Gestalt-terapia; Agressão; Sociolatria; Capitalismo.

ABSTRACT

This text addresses the relevance of Fritz Perls and Paul Goodman's social criticism. The overlapping of their political understanding and their clinical proposals is linked to the context of the coronavirus pandemic, specially in the first half of 2020 in Brazil. This discussion approaches the notions of mask, aggression and Sociolatr as axioms for the development of the gestaltist clinic in face of suffering experiences in capitalism.

Keywords: Covid-19; Gestalt-therapy; Aggression; Sociolatr; Capitalism.

A pandemia causada pelo Novo Coronavírus tem, desde o final do ano de 2019, apresentado novas questões ao mundo. Suas decorrências põem em cheque a organização social e, “*pari passu*”, influenciam a forma como nos ajustamos diante da realidade transformada, exigindo repensar as relações intersubjetivas e, na sua esteira, as proposições clínicas. Diante desse cenário, vemos o acirramento do sofrimento causado, não apenas pelo isolamento social e pela doença, mas sobretudo pela precariedade advinda do capitalismo (DAVIS et al, 2020). Neste contexto, a Gestalt-terapia oferece um arcabouço ético-político a partir do qual se pode propor uma análise dos atravessamentos da Razão Neoliberal (nos termos de Dardot e Laval, 2016) na configuração das relações intersubjetivas.

Conquanto pudéssemos priorizar o debate sobre a aplicação de certas metodologias psicoterapêuticas neste cenário, parece mais relevante tomar a ocasião como possibilidade para resgatar noções fundantes da abordagem gestáltica que formulam a orientação da clínica desenvolvida por Fritz Perls e Paul Goodman. Com efeito, a elaboração de uma terapia gestáltica, ou de qualquer psicoterapia, está necessariamente ancorada em uma compreensão do desenvolvimento humano e das relações sociais. No caso da Gestalt-terapia, destaco três elementos centrais que serão abordados na sequência e ilustrados com o quadro de pandemia por Coronavírus: a) a crítica da cultura da Sociolatria; b) o entendimento de que a inibição dos excitamentos e desejos é correlata da inibição da transformação social (que tem a forma da agressão); e c) o desempenho de papéis sociais como recurso neurótico.

1 - O uso de máscaras

Diante da presença do chamado Novo Coronavírus no Brasil, desde o final de fevereiro de 2020, passou-se a discutir que medidas deveriam ser adotadas pela população para reduzir o risco de contaminação e a sobrecarga do sistema de saúde. Durante o mês de março, a dúvida sobre o uso irrestrito de máscaras foi notícia frequente na mídia. Ainda que sabidamente indispensável aos profissionais de saúde, sua adoção pela população em geral era questionada: por um lado, devido à escassez de máscaras cirúrgicas descartáveis, poderia haver desabastecimento justamente para as equipes nos hospitais e unidades de saúde. Por outro lado, não havia evidências de que produtos feitos com outros materiais ou composições fossem eficientes para prevenir o contágio. Além disso, não se tinha clareza quanto ao efeito “psicológico” da máscara: as pessoas iriam acreditar que, com o rosto coberto, poderiam descuidar das demais medidas de higienização e distanciamento?

No início do mês de abril o então Ministro da Saúde (o primeiro deles no tempo da pandemia) se pronunciou, recomendando o uso de máscaras caseiras a todos que estivessem fora de sua residência. De fato, foi possível perceber de imediato a mudança no “visual” das pessoas nas ruas, pelo menos nos grandes centros urbanos. E também foi notável que nem todos sabiam como manusear a máscara, inclusive entre os membros do alto escalão do Poder Executivo no

país. A inépcia dos governantes para manejar as máscaras¹ constitui uma cena ubuesca mas, sobretudo, nos permite retomar, pela via da metáfora, um debate muito importante para a compreensão dos papéis sociais, tão discutidos pelos fundadores da Gestalt-terapia.

Em sua autobiografia, Perls ilustra a ambiguidade do ator encenando a obra *Rei Lear*, de Shakespeare:

O que sabemos sobre os jogos? Qual é a oposição? Rei Lear no palco não tem reino. Logo que Shakespeare se acaba, cai a coroa de papel. Talvez seja um vagabundo ébrio sem dinheiro e sem lar. Mas quando no palco o rei está só, sem reinado e sem lar. O que é real? O que é encenado? (...) Entre a encenação e a verdade. Pode ser isso, pode ser aquilo, e pode ser ambas as coisas (PERLS, 1979, p. 28s).

A questão aqui é a dupla função da encenação, da representação de um papel: um sujeito que trabalha como ator mas não tem onde cair morto, embriaga-se e devaneia sobre seu destino, representa o papel de um rei que entregou suas terras, sua casa, às filhas e genros e, praticamente degredado, vaga sem destino e sem ter onde repousar a cabeça. Fritz elabora que a encenação resguarda algo da verdade. Para ele, máscara e realidade são duas polaridades distintas, mas imbricadas. A máscara recobre o rosto verdadeiro ao mesmo tempo ajustando-se à sua silhueta e o escondendo. Retomando a cena da desastrosa coletiva de imprensa em que o mandatário da Nação e seus Ministros tiveram dificuldade para lidar com as máscaras de proteção, talvez Fritz nos dissesse que ali estavam atores representando o papel de governantes inaptos. Ou que a inépcia para desempenhar o papel de governantes competentes revelasse a incapacidade real de cuidar da saúde (própria e alheia). Poderia ainda especular que o (inibido, não assumido) desinteresse em salvar vidas se projetasse na imagem risível do homem (poderoso?) tentando dominar a máscara inconvenientemente resistente às manipulações.

Há um dissenso entre Fritz Perls e Paul Goodman a respeito do que representa o desempenho de papéis. O primeiro e possivelmente mais célebre dos autores compreende que, em função da evitação dos conflitos, abandonamos a espontaneidade e a criatividade e fixamos papéis sociais inautênticos. Representamos aquilo que não somos para responder às expectativas da cultura². E claudicamos tentando sustentar esta farsa, sofrendo pela ansiedade e falta de satisfação. Dependemos, assim, do suporte ambiental para lidar com a ansiedade e responsabilizamos os semelhantes através de projeções. A terapia consistiria então em reabilitar a capacidade de desenvolver o auto-suporte e buscar essa autenticidade que as máscaras sociais encobrem. Após identificar qual máscara o neurótico usa, Perls propõe que ele se arrisque a ficar sem ela, a experimentar uma expressão mais autêntica – ainda que isso resulte em conflito.

¹ Estamos nos referindo à entrevista coletiva realizada no dia 18 de março de 2020 pelo então Presidente da República e seus Ministros de Estado.

² Essa leitura não é exclusiva de Perls. Tal temática é frequente na literatura e na filosofia do século XX. No campo da clínica temos variações deste tema em Reich, Rogers e Moreno, por exemplo.

Paul Goodman tinha algumas ressalvas em relação a essa leitura. Ao invés de compreender que as máscaras que usamos escondem o rosto verdadeiro e que delas deveríamos nos livrar, Goodman defende que *“o conselho que diz ‘seja você mesmo’, frequentemente ministrado por terapeutas, é um tanto absurdo”* (GHP, 1997, p. 179), pois não há um rosto genuíno essencial, mas apenas máscaras sobre máscaras. O sofrimento individual resulta mais da fixidez de certas máscaras, de nossa insistência em usar as mesmas máscaras em situações que exigiriam outras. Não faria sentido que a clínica se dedicasse a simplesmente encontrar o rosto verdadeiro por trás da máscara. Goodman recomenda que se substitua o conselho anterior por outro: *“entre em contato com a realidade”, porque o ‘self’ é somente esse contato* (idem, ibidem). A ênfase é muito importante, posto que neste momento do texto seminal da abordagem o autor estava justamente descrevendo o *“self”*: não o si mesmo, mas o campo organismo-ambiente. Logo, ele advoga que não é a realidade “do rosto” que deve ser contatada, mas a realidade do campo – e, portanto, do ambiente social, material, familiar, econômico, cultural, da natureza ao trabalho. Se atrás de uma máscara só há outra máscara, e outra, e outra, o que nos pode interessar não é o rosto, mas aquilo que exige cada máscara, que demanda certos papéis ao invés de outros.

O trabalho de ambos converge na denúncia de que a função do desempenho de papéis parece ser evitar conflito frente às expectativas sociais, tentando colocar a si mesmo em uma cama de Procrustes (PERLS, 1979, p. 312). A adequação gera inibições, desvitalização e frustração, associadas diretamente à dificuldade de se reconhecer capaz de fazer escolhas e levá-las a cabo (sentimento de estagnação), de transformar o entorno (sentimento de impotência), de construir e reconstruir vínculos (solidão e isolamento), de se satisfazer e crescer (ansiedade). Frente a isso, a neurose, como manipulação do meio, se configura como uma resposta, uma questão verdadeiramente antropológica³.

2 - Neurose como evitação ou como criação em condições de isolamento social?

Que as experiências neuróticas sejam respostas às demandas sociais por adequação, que decorrem da inibição dos excitamentos e que geram ansiedade, já o sabemos. São, por certo, uma espécie de aquisição humana decorrente do processo civilizatório. Mas como julgá-las? Seriam um conjunto de sintomas que devem ser combatidos visando a busca por satisfação pessoal e a diminuição do sofrimento? Ou devem ser reforçadas por terem o poder de preservar as relações interpessoais e institucionais? Vejamos como Paul Goodman tenta responder a estas indagações.

Em um dos textos da coletânea *“Nature Heals”*, em que examina as revisões e objeções ao trabalho de Freud (e que ele considera equivocadas) nos Estados

³ Sobre essa abordagem, iniciada por Goodman e Perls (GHP, 1997, p. 115ss), recomendamos as análises de Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2007) e Belmino (2017).

Unidos, Goodman comenta as propostas de K. Horney, E. Fromm e F. Alexander, entre outros. Especificamente sobre este último, que afirmava que intervenções breves bastariam para trazer “harmonia” entre as necessidades subjetivas do indivíduo e as condições objetivas em que vivia, Paul Goodman sumariza:

Mas o que realmente incomoda no argumento do Dr. Alexander são as razões sociais que ele aponta para o tratamento mais breve. Primeiro, ele diz, esses casos com distúrbios emocionais estão circulando pela vida ativa, como supervisores, operários, funcionários públicos, advogados, etc. etc., e tem “um incalculável efeito na sociedade”. Segundo, “a vida em nossa era da máquina [machine-age] está se tornando mais e mais complexa”, estabelecendo um insuportável conflito de interdependência por um lado, e rivalidade competitiva por outro; assim “ajudar o homem contemporâneo a encontrar o seu lugar nessa estrutura sem ser vitimado [without falling victim] ... é a grande função futura da psiquiatria”. (...) É possível delinear qualquer outra conclusão a partir dessa ponderação além da que o objetivo da terapia seja o funcionamento suave da máquina social tal qual ela existe? Que fantástica proposta: quando a sociedade cria tensões emocionais, reorientar não a sociedade, mas o povo! (GOODMAN, 1991, pos. 1141).

A indignação de Goodman é evidente. Ele se posiciona na contramão dos culturalistas, que consideravam que os mecanismos de defesa (as respostas fóbicas, o apego a regras ou a repressão sexual, por exemplo) eram formas de manter a vida em sociedade e deveriam ser reforçados em prol do harmonioso funcionamento da comunidade (de classe média americana do pós-guerra), e por isso sua terapêutica deveria poder ser aplicada massivamente, de maneira breve e eficaz, aumentando a tolerância dos trabalhadores a tudo o que pudesse ser um estressor ou fator incapacitante. Contra essa tese, Goodman se posiciona veementemente: “*Como se de fato fosse possível mudar o povo sem transformar o padrão diário e a partir daí tanto as relações econômicas quanto a natureza do trabalho*” (ibidem, pos. 1149). A objeção não se deve apenas a não ser possível uma tal tarefa, mas ao que ela representa: “*E qual o nome familiar que devemos empregar para a ‘terapia’ que pretende criar harmonia em escala massiva?*”⁴ (idem, ibidem). Resulta evidente que a proposta de uma terapêutica gestáltica não está a serviço do reforço das estratégias defensivas do Ego contra o sofrimento; tampouco deve se prestar a aumentar a tolerância dos indivíduos às pressões que o trabalho, a rotina, as transformações na tecnologia ou as violências cotidianas impõem.

A clínica precisaria ser um instrumento de construção de espaços de variabilidade experiencial, de aumento de autonomia e de ampliação do sentimento comunitário. A clínica precisava ser compreendida como um espaço de crítica e de abertura e acolhimento ao novo e ao diferente. Mais do que estabelecer um ideal de saúde a ser alcançado no decorrer das sessões (...). Esta abertura à mudança, porém, teria uma repercussão direta na lógica social

⁴ A referência é ao fascismo e às ditaduras, que assombravam o século XX e ainda, no começo do XXI, nos assombram. Goodman esclarece, no início deste artigo, que as críticas a Freud feitas pelos movimentos que se auto intitulavam culturalistas, isto é, a psicologia do Ego norte americana, estavam de mãos dadas com as políticas de controle, do New Deal nos Estados Unidos ao stalinismo soviético. Sua crítica vai, portanto, muito além da defesa do Estado de Bem-Estar Social. Ela é endereçada a todo regime centralizador do poder.

e, por isso, Goodman entendia que “uma psicoterapia incisiva é inevitavelmente um risco social” (BELMINO, 2017, p. 66).

Este projeto está em consonância com o entendimento de Perls (1979; 2002) a respeito da importância da agressão na manutenção da vida. Ao esclarecer que o Ego não é meramente uma instância de repressão dos instintos ou de negociação entre as necessidades individuais e os limites dados pelo entorno, mas é justamente a própria função organísmica de crescimento no meio, o agente do contato, Fritz percebe que a agressão é a possibilidade de transformar o ambiente – a função egóica mais básica. *“A agressão, para Perls, é a capacidade do organismo de desestruturar o meio, buscando assimilar o que é interessante e alienar o que não é próprio ao crescimento do organismo”* (BELMINO, 2017, p. 219). Partindo da reabilitação da agressão – compreendida como possibilidade de desestabilização daquilo que é dado pelo meio – não é cabível, portanto, propor uma terapêutica que se pretenda gestáltica mas que vise a busca por harmonia social em condições adversas. Nem é congruente esperar das pessoas que não sofram quando seus projetos quedam inviabilizados pelas contingências.

Tomemos situações que têm se tornado corriqueiras diante do isolamento social necessário em tempos de pandemia: a insegurança a respeito da preservação dos empregos e dos salários certamente pode ocasionar ansiedade. A exigência de afastar-se de entes queridos ou, na mesma medida, o contato ininterrupto com os membros da família, pode desestabilizar os arranjos afetivos. A instabilidade das certezas construídas pela vida nas sociedades modernas, postas em cheque pela ameaça do vírus, pode incorrer na perda de sentido, na anedonia, no enfado. A experiência da perda de pessoas próximas pela doença, associada à impossibilidade de velá-las propriamente, gera um quadro de luto inenarrável. O risco do contágio e da morte causa medo. A transferência das responsabilidades educacionais das crianças e adolescentes para os pais, diante do fechamento das escolas, provoca esgotamento. A necessidade de trabalhar no ambiente doméstico atrapalha o rendimento. A restrição para circular e buscar o que quer que seja que satisfaça faz o humor deprimir. A virulência dos discursos negligentes e anticientíficos de governantes autoritários e despreparados angustia. Qual é a terapia oferecida pelos gestaltistas nesse contexto? Que máscara devemos vestir? Deveríamos propor técnicas de relaxamento para o enfrentamento do estresse advindo da quarentena? Ou quem sabe buscar a responsabilização de cada indivíduo pelo seu próprio sofrimento? Poderíamos ajudar as pessoas a compreender como manipulam o meio através de jogos projetivos? Temos o papel de reabilitar a capacidade produtiva, perdida em função do mundo em transformação? Precisamos apaziguar estas emoções que se apresentam em profusão?

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a legitimidade das reações de ansiedade, instabilidade emocional, perda de sentido, anedonia, luto, medo, esgotamento, improdutividade, humor deprimido, angústia. São ajustamentos criadores e, portanto, respostas possíveis a demandas avassaladoras. Não são simplesmente sintomas. São modos de enfrentamento e de recusa às expectativas por produção e consumo. Mesmo o desejo de sentir-se forte,

inabalável, de manter-se estável e passar incólume pela pandemia corresponde a uma demanda da sociedade capitalista. O clínico deve estar advertido disso quando interpelado pelos consulentes a dirimir o sofrimento – haja vista que mesmo a “terapêutica” proposta pode não ser senão um incremento dessa exigência biopolítica por controle, produtividade, docilidade⁵. *“Declarar-se desorientado, inseguro, incapaz, indignado ou vítima das demandas capitalistas encarnadas por familiares, instituições, ideologias, valores é, simultaneamente, assumir uma posição política de recusa à submissão, por mais sôfrega que ela possa ser”* (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 186). É claro que tais protestos não necessariamente resultam eficazes contra a dominação biopolítica. Não apenas o sofrimento decorrente dos conflitos ético-políticos evidencia a impossibilidade de uma “solução apaziguadora” como também, segundo o discurso médico, “a queixa neurótica é indicativa de uma doença a ser tratada, é motivo para submeter os sujeitos das formações neuróticas a uma série de ‘dispositivos de saber’, conhecidos como tratamentos de reintegração ao mercado laboral” (idem, ibidem). Nossa rapidez em ofertar atendimento (on line, gratuito etc.) pode ser tributária da construção de um “mercado da saúde mental”, corroborando os intentos adaptativos que muito enriquecem a indústria farmacêutica. Ademais, se assim operarmos, certamente não lograremos êxito, posto que nossas práticas psicoterapêuticas reproduzirão o mesmo elemento que ocasionou a falência dos ajustamentos anteriores, a saber, a pressão por produção, desempenho e felicidade.

Em segundo lugar, em que pese não haver dúvidas de que estamos passando pela pior crise sanitária e socioeconômica do século, pode ser esclarecedor notar o caráter não tão extraordinário do momento de desamparo que estamos vivendo. A insegurança social é própria do neoliberalismo, exacerbado pelas políticas em curso no Brasil. Precarização das relações laborais e flexibilização das garantias trabalhistas, desmonte da Previdência, restrição de investimentos públicos em saúde, educação e assistência social, são realidades brutais e anteriores ao novo Coronavírus. Também o são a pobreza, as migrações forçadas, a violência. Mesmo o isolamento precisa ser reconhecido como uma constante, ao menos nos centros urbanos – da lógica de condomínio às redes sociais, do “voyeurismo” dos “reality shows” à pejotização. O individualismo, a promessa do sucesso por meritocracia, a identificação do diferente como

⁵ “A medicalização dos sentimentos, sobretudo dos negativos – como se a tristeza fosse uma grave patologia –, além de fundar um rentável mercado consumidor impede-nos de pôr em questão o mal-estar que vivemos por estarmos sujeitados ao desejo dominante do outro capitalista. Em vez de nos revoltarmos contra as políticas abusivas de cobrança de juros, sentimo-nos fracassados, devedores, gastadores compulsivos. E é lamentável como não raro as práticas clínicas servem de agente de cristalização desta cultura de dominação. Os “pacientes” e “clientes” são muitas vezes induzidos a pensar que o mal-estar que sentem pode ser resolvido mediante uma investigação das relações parentais arcaicas, ou do treinamento em técnicas de reforço da autoestima (...). Um dos principais motes da Gestalt-terapia de PHG foi justamente alertar para o fato de que, se uma forma arcaica (como uma evitação, por exemplo) sobrevive na situação atual, isso se deve à presença de uma demanda que a exige. A intervenção clínica jamais pode ignorar o papel dos demandantes, papel dos dispositivos de saber veiculados pela mídia, a astúcia do outro capitalista em nos fazer exigir, de nós mesmos, que sejamos indivíduos bem-sucedidos” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 133).

inimigo, tudo torna o mundo impraticável para muitos, sobretudo para as minorias. Essa configuração dos contratos sociais – relacionada ao modelo de urbanização e ao individualismo liberal – e o sentimento dela decorrente Goodman traduziu assim:

Meu sofrimento usual não tem sido estar aprisionado, mas estar em exílio ou ter nascido no planeta errado; recentemente sinto como se estivesse acamado. Meu problema real é que o mundo é impraticável para mim, e eu entendo que a minha estupidez e covardia tornam-no menos praticável do que poderia ser (2010, p. 57 *apud* BELMINO, 2017, p. 47).

O que Goodman traz à luz é que, para as multidões de exilados do Sistema, para os alienígenas que pertencem às minorias sociais, para os oriundos de países do capitalismo periférico, em suma, para os condenados da Terra, não há “advento” da crise, mas acirramento da precarização da existência. É dessa condição e da tentativa de construir para si um lugar no mundo (impraticável) que nasce o sofrimento neurótico – uma resposta possível, ainda que precária, de recusa, denúncia e enfrentamento, um ajustamento criador, uma criação do Ego. E, como reconhecem os Gestalt-terapeutas, uma das funções básicas do Ego é a agressão, que nas neuroses está comprometida, vulnerável – motivo pelo qual o clínico co-labora para restituir esta capacidade perdida. Defende, portanto, a legitimidade dos conflitos⁶.

3 - “Estamos em guerra”, mas quem é o inimigo?

Após o início dos casos de Covid-19 na Europa, e na proporção trágica que vimos, vários líderes mundiais se manifestaram dizendo que “estamos em guerra” contra o vírus. Mesmo em uma situação tão aberrante, a analogia não é inócua, posto que justifica medidas por demais estranhas aos valores democráticos do Ocidente. Também tem por função criar um sentimento coletivo de nação em torno do líder e identificá-lo como autoridade, forte, masculino. E visa diferenciar “generais” de “soldados” ou, pior ainda, de “civis”, a quem cabe suportar os tempos de exceção e sustentar a estrutura da guerra. Neste sentido, promove apatia em nós.

Neste compasso, o Governo Federal reposicionou a guerra, direcionando-a contra os governadores estaduais. Diante do mais aterrador cenário de doença, mortes e desestruturação já visto no último século, os Estados estabeleceram medidas de restrição da circulação e fechamento do comércio, do transporte coletivo e de serviços considerados não essenciais, além de propor um regramento para o funcionamento dos estabelecimentos que continuassem abertos – de supermercados e farmácias a indústrias. Com maior ou menor rigor, com mais ou menos celeridade, buscaram garantir um mínimo isolamento social, a manutenção do sistema de saúde e a desaceleração das taxas de

⁶ “Para evitar conflitos – para permanecer dentro dos limites da sociedade ou de outras unidades – o indivíduo aliena aquelas partes de sua personalidade que levariam a conflitos com o meio. A *evitação de conflitos externos*, contudo, *resulta na criação de conflitos internos*. (PERLS, 2002, p. 220, *itálico* no original). Sobre a crítica à teoria da “remoção do conflito interno”, ver GHP (1997).

contágio. Para o Executivo Federal, os governadores passaram a ser considerados “o inimigo”, supostamente responsáveis pelo fracasso da economia, pelo desemprego em massa, pela fome e pela violência que se seguirão à quarentena. Sob o infame slogan “O Brasil não pode parar”, repetido por grandes empresários, se estabeleceu o falacioso conflito entre vida e economia. Dizemos “falacioso” pela óbvia hierarquia de valores entre os termos. Mas também, como apontam Perls e Goodman (GHP, 1997, p. 199), pela forma como o conflito é colocado:

Consideremos o comportamento social numa questão política habitual, e vejamos o que significam esses termos. Há uma questão, um problema; e há os partidos em oposição: os termos nos quais o problema é formulado provêm das políticas, dos interesses adquiridos e da história desses partidos, e estas são consideradas as únicas abordagens possíveis do problema. (...) Contudo, na realidade, nenhuma das políticas em oposição se recomenda espontaneamente como uma solução real do problema real, e portanto, nos defrontamos de modo contínuo com uma escolha entre “o menor de dois males”. (...) Sempre que a escolha for mera e exclusivamente o “mal menor” sem considerar aquilo que é de forma verdadeira satisfatório é provável que não haja um conflito real, mas a máscara de um conflito real que ninguém quer encarar. Nossos problemas sociais geralmente são propostos para ocultar os conflitos reais e impedir as soluções reais – porque estas poderiam exigir riscos e mudanças sérias.

Portanto, a polarização entre a defesa do isolamento social e o negacionismo da gravidade da pandemia não estabelecem o conflito de maneira acurada. A formulação do problema entre a preservação da vida e a manutenção da economia apenas mascara o conflito real, que é o fato de nosso sistema social não ser praticável, que nossa economia não é congruente, estejamos olhando de um ponto de vista macrossocial, étnico, ecológico, de gênero, etário ou simplesmente no que diz respeito às aspirações individuais. Que economia é essa que deveríamos sustentar a tanto custo? E qual vida estamos a defender? Sabemos que a política de morte em curso se serve da pandemia para suas pretensões soberanas; mas o contingente de seres que hoje são matáveis pelo Coronavírus é composto dos mesmos grupos de seres matáveis de outrora. Temos, em verdade, um inimigo mais antigo do que a Covid-19, e que Goodman chamou de Sistema Organizado ou, mais propriamente definido, a Sociolatria⁷.

O termo Sociolatria é um neologismo da doutrina Positivista de Augusto Comte, cujo lema era “O Amor por princípio; a Ordem por base, o Progresso por fim” – e sabemos muito bem que, no Brasil, não havendo espaço para o amor, ficamos com a promessa de que a Ordem andaria de mãos dadas com o Progresso. A Guerra Econômica Permanente não é um confronto para ser vencido, mas para ser mantido, como fica evidente pelas crises inerentes ao capitalismo global. Diante da pandemia provocada por um novo vírus, podemos pensar que tão aterradora conjuntura revelaria que “éramos felizes e não

⁷ “Para definir essa lógica social vigente, utilizaremos o termo Sistema Organizado, que aparece nos textos anarquistas de Goodman assim como no *Growing Up Absurd* e em alguns fragmentos de outros livros de Goodman. É importante frisar, porém, como frisava Stoehr, que O Inimigo (...) era o que o *The Empire City* chamava de ‘A Sociolatria’. Outros chamavam de ‘A Guerra Econômica Permanente’ (...).” (BELMINO, 2017, p. 247).

sabíamos”, ou seja, que o que podemos e devemos desejar agora é que retornemos à vida que levávamos até 2019. Mas Goodman, ao afirmar que nosso inimigo é a Sociolatria, demonstra que, em função da confiança na segurança, previsibilidade e garantias prometidas pela vida moderna, hipotecamos nossas liberdades e nossa espontaneidade – não exatamente ao Estado, que é uma das formas de coerção possíveis, mas ao Sistema (BELMINO, 2017)⁸. Nos submetemos às mais diversas formas de coerção (no trabalho, na educação, no consumo, nos prazeres), nos adequamos àquilo que é considerado socialmente valorizado, deixamos de transgredir, deixamos de criticar, de lutar, de transformar (ou, como sempre insistiu Perls, deixamos de agredir). O mundo que habitávamos antes do Coronavírus podia não parecer estar em frangalhos – desde que ignorássemos a desigualdade, as catástrofes climáticas, a exclusão, os conflitos étnicos, o racismo e o sexismo. E mesmo Perls e Goodman eventualmente ignoraram, haja vista estarem pondo em questão a suposta prosperidade estadunidense do pós-guerra. Mas o fato é que, mesmo ali, no berço apologético do “*self-made man*”, no ápice da economia, onde a morte e a doença pareciam controláveis pela técnica e pela ordem, “as pessoas são acometidas por um estado de tensão crônica, procurando cada vez mais vigilância e proteção” (ibidem, p. 248). Reside aí a compreensão de que a Sociolatria é a defesa massiva de que é necessário manter o funcionamento da máquina industrial, do mecanismo de exploração/produção/consumo, pois só tal “Ordem” garantiria “Progresso”, segurança, coesão social e qualidade de vida.

Deste modo, o problema vivido pela sociedade ocidental moderna constituída a partir dos sistemas centralizados não aponta para os conflitos, mas si para a falta deles. Justamente pela desvitalização causada pela inibição da sexualidade e da agressão, as pessoas se tornam menos capazes de lidar genuinamente com as formas conflitivas que aparecem nas relações interpessoais (ou no conflito em relação a nós mesmos), e, por isso, acabam precisando recorrer a estratégias coercitivas institucionais de manutenção social. O uso da coerção não é fruto de um excesso de poder, mas sim de um sentimento de impotência frente ao outro. Por essa razão, o sistema precisa garantir a ordem a partir da coerção (instituições totais, policiamento, exército, para citar alguns), justamente devido ao sentimento de impotência das pessoas perante as formas de variação social que, necessariamente, vão fugir do previsível e do usual (ibidem, p. 253 e 254).

É evidente que, diante de um vírus tão perigoso e tão letal, precisamos, como comunidade, nos resguardar, evitar a circulação e prevenir a disseminação da doença – o que inclui restringir nossas ações e encarar as rupturas em nosso cotidiano, em nossos projetos individuais, em nosso ímpeto por confraternizar. Também é óbvio que precisamos que a tecnologia e as ciências sejam valorizadas e que reconheçamos que estão a nosso favor. Nesse momento,

⁸ Ainda que Goodman ataque frontalmente a centralização estatal, isso não quer dizer que o Estado seja a forma típica e única da burocratização e da sociolatria. Ao contrário, penso que sua análise contempla e antevê a configuração neoliberal, inaugurada no final dos anos 1970. Podemos afirmar que Goodman desconfiava do controle social operado pelo Estado e repudiava a alienação dele decorrente, mas seu desacordo recai, na mesma medida, sobre o controle exercido sobre o Estado pelas grandes corporações no final do século XX e início do XXI. Como afirmam Dardot e Laval (2016), o que se dá com o neoliberalismo não é uma diminuição do Estado em favor do Livre Mercado, mas a tomada de assalto daquele por este.

inclusive, é lícito que esperemos que o Estado cumpra a função de regulador dos interesses e defenda a democracia e o bem coletivo, mesmo que não haja ilusão a respeito dos limites e contradições que a institucionalização gera. Enquanto não tivermos vacinas ou medicamentos eficazes, permanecer em casa não representa uma submissão ao poder, mas a possibilidade atual de preservar nossa integridade pessoal e intersubjetiva. E devemos fazê-lo mesmo às custas da Ordem e do Progresso que fomos, por tanto tempo, instados a proteger.

Nesse contexto, os Gestalt-terapeutas são chamados a se posicionar. Persiste a interpelação: que máscaras vamos vestir diante de nossos consulentes, especialmente no momento em que estão em cheque as seguranças oferecidas pelo Sistema Organizado e a própria continuidade dele? *“Como psicoterapeuta, como educador ou como ativista político, a questão para Goodman tinha a ver com uma analítica do sofrimento e da apatia política contemporânea, que aparece, prioritariamente, sob a forma de uma desvitalização aliada a uma profunda ansiedade”* (ibidem, p. 246). Resulta impróprio, portanto, ao projeto que origina a Gestalt-terapia, reduzir nossa prática a um apaziguamento dos conflitos ou dos efeitos destes junto àqueles que sofrem. A tarefa clínica a que nos lançamos, de cuidado e acolhimento, é um “risco social” (GHP, 1997, p. 144), um risco à “Ordem” e ao “Progresso”. E nesse sentido, uma tarefa amorosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELMINO, M.C. **A ontologia gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: Gestalt-terapia, anarquia e desescolarização**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Ed. Terra sem Amos (e-book), 2020.
- GOODMAN, P. **Nature heals**. Gouldsboro: The Gestalt Journal Press (e-book), 1991.
- GHP. GOODMAN, P.; HEFFERLINE, R.; PERLS, F. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- MÜLLER-GRANZOTTO, M.J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R.L. **Fenomenologia e Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 2007.
- _____. **Clínicas gestálticas: sentido ético, político e antropológico da teoria do “self”**. São Paulo: Summus, 2012.
- PERLS, F. **Escarafunchando Fritz: dentro e fora da lata de lixo**. São Paulo: Summus, 1979.

_____. **Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud.** São Paulo: Summus, 2002.

NOTAS

Diogo de Oliveira Bocardi - Psicólogo (CRP 12/08439), Especialista em Psicologia Clínica (CFP), Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UFSC), Doutorando em Ciências Humanas (UFSC). Gestalt-terapeuta membro do Instituto Granzotto de Psicologia (Florianópolis-SC).

Endereço de correspondência:

Diogo de Oliveira Bocardi
E-mail: dibocardi@yahoo.com.br

Recebido em: 18/06/2020

Aprovado em: 29/08/2020